

JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO

Ref. - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2025
PROCESSO Nº 40/2025

OBJETO: Contratação de empresa especializada em sistema de auto-gestão integrada de frotas, para serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva de veículos, máquinas e outros, com fornecimento de materiais, peças e acessórios, e serviços, para atender as necessidades de veículos pertencentes às frotas de municípios consorciados.

IMPUGNANTE: QFROTAS SISTEMAS LTDA., CNPJ nº 44.220.921/0001-35.

1. SÍNTESE FÁTICA

Trata-se de impugnação impetrada pela empresa QFROTAS, na qual alega que o edital restringe a competitividade ao exigir atestados de capacidade técnica de prestação anterior de serviço com a utilização da tecnologia RFID (ou NFC) e impugna a própria exigência da tecnologia em comento, alegando ser desarrazoada por existirem sistema via WEB que cumprem o mesmo propósito de forma eficiente.

É a síntese do necessário.

2. DA TEMPESTIVIDADE

Como não pode ser diferente, a presente impugnação é tempestiva e, portanto, recebida.

3. DA INDISPENSABILIDADE DA EXIGÊNCIA DE TECNOLOGIA RFID/NCF E DA APRESENTAÇÃO DOS ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA QUE COMPROVEM SERVIÇO ANTERIOR USANDO TECNOLOGIA RFID OU NFC

Alega a impugnante que a exigência de apresentação dos atestados de capacidade técnica prevista no item 23.16 do Termo de Referência restringe a competitividade, pugnano pela mudança editalícia que permita a apresentação de atestados que envolvam tecnologia similar.

Entretanto, a alegação não merece acolhimento.

Isto em razão de estar na esfera da discricionariedade administrativa a escolha do objeto e dos critérios a serem preenchidos que melhor atendam à finalidade dos certames licitatórios.

O CIVAP, enquanto órgão gestor dos interesses em comum dos municípios consorciados e participantes dos certames promovidos pelo consórcio, deve se ater à

realidade fática de cada um, suas peculiaridades, regionalidades, distâncias etc. conforme preconiza o artigo 22 da LINDB e seguintes:

Art. 22. Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão **considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo**, sem prejuízo dos direitos dos administrados. [\(Regulamento\)](#)

§ 1º Em decisão sobre regularidade de conduta ou validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, serão consideradas as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente. [\(Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018\)](#)

A discricionariedade administrativa se materializa pelo poder de escolha e decisão da Administração, balizada pela lei. A autonomia assegurada pela competência discricionária é um meio para garantir a produção mais satisfatória de um resultado prestigiado pelo ordenamento.

No caso em apreço, em atendimento às necessidades do licitante e dos municípios consorciados, foi previsto no edital o uso de tecnologia RFID (em inglês Radio Frequency Identification), não onerosa, simples e que usa ondas de rádio para monitoramento e localização, podendo ser materializada via TAG, cartão eletromagnético, etiqueta etc. A outra possibilidade admitida se refere a tecnologia NFC, que permite a troca de informações por aproximação, permitindo também o controle da frota.

Para a administração pública em específico, é fundamental seu uso como forma de controle, localização e identificação do veículo quando levado para manutenção; conforme o item 3.1.34 do Termo de Referência, a empresa Contratada deve garantir que na entrada do veículo nas oficinas o condutor seja identificado por meio de matrícula e senha e o veículo através da TAG (RFID ou NFC) via POS e somente após esta validação a oficina possa prosseguir com o andamento da abertura da ordem de serviço.

O uso de cartões magnéticos ou tecnologia NFC está consolidado no mercado e apresenta vantagens operacionais, como a identificação rápida e precisa dos usuários, sem a necessidade de senhas individuais que possam ser compartilhadas ou comprometidas. Além disso, a padronização desse tipo de tecnologia permite maior integração entre os entes consorciados e as diversas unidades contratadas, garantindo um fluxo de trabalho eficiente e seguro.

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) reconhece que a padronização de determinados requisitos técnicos pode ser admitida, desde que seja fundamentada em necessidade operacional e técnica, o que ocorre no presente caso. A opção pelo uso de cartão magnético ou NFC visa assegurar o controle eficiente do serviço

contratado e a rastreabilidade das operações, de forma a proteger o erário e proporcionar maior transparência na execução contratual.

Salienta-se a prerrogativa da administração pública de fazer as exigências mais adequadas à sua realidade fática, com base no princípio constitucional da Eficiência, insculpido no caput do artigo 37 da Constituição:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e **eficiência** e, também, ao seguinte: [...]

A competitividade do certame não se mostra violada nem prejudicada pela exigência de TAG com tecnologia específica, pois é prerrogativa e direito da administração a previsão de requisitos que produzam efeito limitador da participação no processo licitatório.

O fundamento para tal princípio encontra-se no art. 37, inciso XXI da CF/88:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, **o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.**

4. JULGAMENTO/CONCLUSÃO

Justificada a exigência e indispensabilidade da tecnologia RFID e/ou NFC no presente certame, imperioso que a lógica e razoabilidade na exigência dos atestados de capacidade técnica se imponha: o atestado precisa prever a tecnologia exigida, pois é mais eficiente e econômica no atingimento da finalidade pública.

Conclui-se, portanto, que não se encontra nenhuma ilegalidade ou vício insanável no certame, que atende aos princípios da economicidade, eficiência e interesse público.

A impugnação, portanto, é acolhida porquanto tempestiva, mas no mérito não merece prosperar.

Assis, 15 de setembro de 2025

Dominique Vitória Volpe de Souza
Agente de Contratação/Pregoeira